DECRETO N.º 15/II

Primeira alteração à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2008

A presente lei visa complementar e actualizar o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008.

O OGE Rectificativo engloba uma actualização das receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro de 2008 derivadas de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento, receitas das agências autónomas e outras receitas não fiscais. O total estimado de receitas de todas estas fontes passa a ser de US$2,025.6 milhões.

O Anexo II altera as dotações orçamentais para cada Órgão do Estado sistematizadas da forma seguinte:

1. $58.884 Milhões para Salários e Vencimentos;
2. $447.409 Milhões para Bens e Serviços;
3. $39.249 Milhões para Capital Menor;
4. $110.553 Milhões para Capital de Desenvolvimento;
5. $132.217 Milhões para Pagamentos de Transferências Públicas.

O total das dotações orçamentais é, assim, de $788.312 milhões.

Excluindo os órgãos autónomos, o total das dotações orçamentais para o OGE é de $765.966 milhões.

A Conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos "Órgãos Autónomos" auto-financiados; nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste, a Autoridade Portuária de Timor-Leste e o Instituto de Gestão de Equipamentos. As receitas dessas categorias estão incluídas sob a rubrica "Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos" no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os "Órgãos Autónomos" auto-financiados dentro de 2008 é de $22.346 milhões (incluindo um valor adicional de $15.358 milhões transferido a partir do Governo central, a fim de subsidiar despesas que sejam superiores às receitas previstas).
O total estimado de despesas do OGE é de $788.3 milhões, estando as receitas não petrolíferas estimadas em $86.5 milhões. O défice fiscal não petrolífero é de $701.8 milhões.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2008


2- A alteração referida no número anterior consta das tabelas dos Anexos I, II e III à presente lei, que substituem as tabelas dos Anexos I, II e III da Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro.

3- Os artigos 4.º e 8.º da Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

"Artigo 4.º

[...]

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do fundo petrolífero para 2008 não excede 686.3 milhões de dólares norte-americanos.

Artigo 8

[...]
m) […]

n) […]

o) Fundo de Estabilização Económica.

Artigo 2.º

Aditamentos ao Orçamento Geral de Estado para 2008

São aditados à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, os artigos 2.º-A e 9.º-A, com a seguinte redacção:

“Artigo 2.º-A

Programas de investimento plurianuais

1. Os programas de investimento plurianuais envolvem projectos de grande dimensão, a executar ao longo de vários exercícios orçamentais.

2. É aprovada a despesa prevista para o exercício de 2008 relativa aos programas constantes do Anexo IV ao presente diploma, sem prejuízo dos totais das despesas previstas no Anexo II.

Artigo 9.º-A

Fundo de Estabilização Económica

O Fundo de Estabilização Económica, criado pelo Decreto-Lei n.º 22/2008, de 16 de Julho, é administrado pelo Ministério das Finanças.”

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação no Jornal de República.

Aprovado em 30 de Julho de 2008.

O Presidente do Parlamento Nacional em substituição,

[Assinatura]

Vicente da Silva Guterres
Promulgada em 11/08/05

Publique-se.

O Presidente da República,

[Signature]

Dr. José Ramos Horta